

Representação: elemento da significação?

Representation: an element of signification?

Maria Aparecida Conti

Universidade Federal de Uberlândia (UFU),

Brasil

ma.conti@hotmail.com

Resumo: Apresento, neste trabalho, a partir de uma visada historiográfica, um passeio pela história da filosofia da linguagem e dos estudos linguísticos objetivando discutir como elementos enunciativos podem contribuir para o argumento de que a questão da representação pode (ou não) afetar, em termos semânticos, a produção de significação.

Palavras-chave: representação; semântica; enunciação

Abstract: This paper presents, from a historiographical focus, a tour through the history of language philosophy and linguistic studies aiming to discuss how enunciative elements can contribute with the argument that the issue of representation can (or cannot) concern, semantically speaking, the production of meaning.

Keywords: representation; semantics; enunciation.

O caso do cachimbo...

A leitura de *Isto não é um cachimbo*, de Foucault (2002), me fez reviver momentos de minha infância e me fez atentar para uma problemática, aparentemente, tão banal, até aquele momento, que é a questão da representação. Fixando-me na leitura do texto, vivenciei a experiência de rememorar minha alfabetização. Na tela da lembrança, a figura da minha professora apontando para uma gravura, ao tentar ensinar para a classe: *Isto é um ovo, isto é uma uva*, se fez presente.

Tal lembrança deveu-se a uma passagem do texto em que Foucault traz a figura de um mestre para exemplificar a última versão que o pintor Magritte deu à sua obra “Isto não é um cachimbo”. O quadro aparece sobre um triedro de madeira (tal como uma lousa onde figura um desenho e sob o desenho a escrita para explicar de que se trata). Continuação didática de um discurso em que Magritte *faz tudo o que é preciso para reconstituir [...] o lugar-comum à imagem e à linguagem*, afirma Foucault (2002, p. 34), comentando a obra. Magritte faz a sua última versão do quadro aproximar-se de uma cena que ocorre costumeiramente no espaço escolar. O exercício escolar que por séculos fizemos *do quadro à imagem, da imagem ao texto, do texto à voz, uma espécie de dedo indicador geral aponta, mostra, fixa, assinala, impõe um sistema de reenvios, tenta estabilizar um espaço único* (FOUCAULT, 2002, p. 35). Nem eu ou outro aluno da sala nunca questionamos nossa professora quando apontava para uma gravura tentando nos ensinar: *Isto é um ovo, isto é uma uva*. Nem o ovo, nem a uva dos quadros eram o ovo ou a uva, realmente. Mas a voz da minha professora em uníssono com as vozes de tantos outros mestres continuou martelando que eram. No texto, o mestre evocado por Foucault se retrata. Logo após afirmar que o que estava no quadro era um cachimbo, se obriga a retomar e balbucia:

“Isto não é um cachimbo, mas o desenho de um cachimbo”, “isto não é um cachimbo, mas uma frase dizendo que é um cachimbo”, a frase: “isto não é um cachimbo”, não é um cachimbo; na frase: “isto não é um cachimbo”, *isto* não é um cachimbo: este quadro, esta frase escrita, este desenho de um cachimbo, tudo isso não é um cachimbo (FOUCAULT, 2002, p. 35).

A inquietação que este ato de leitura provocou em mim levou-me a pesquisar, em bibliografia especializada, como o conceito de representação (entendida como a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente) foi abordado, ao longo da história, no âmbito do interesse linguístico. Investi na possibilidade de fazer uma pesquisa historiográfica sobre o assunto, na expectativa de que a metodologia empregada nessa área poderia contribuir para a compreensão da semântica¹ da representação; ou seja, me empenhei em trazer as teorias dos

¹Segundo Guiraud (1975), a Semântica tem participação em três campos distintos: da psicologia, da lógica e da linguística. Cada uma dessas ciências estuda, a seu modo, questões relativas à significação e ao sentido dos signos. Fazendo páreo com a Semântica Linguística, há uma Semântica Filosófica (que participa da lógica simbólica) e uma Semântica Geral (estudo psico-sócio-lógico do signo).

principais pensadores da filosofia lógico-filosófica e da linguística a respeito da teoria da significação para entender como o conceito da representação sígnica da palavra evoluiu historicamente e qual a sua implicação nos estudos semânticos.

A força motriz deste empenho é decorrente de minha crença de que há algo na representação que merece um olhar mais contundente para se pensar a questão da significação que a história lógico-filosófica não aponta. Por esse motivo, parti do pressuposto que há uma relação de implicação entre representação e significação. Entendo que a significação é relacional, ou seja, não é imanente no sentido de que, um enunciado pode ser considerado produtivo quando se considera a função enunciativa do leitor que ali agencia a produção de uma dada representação (para o enunciado). Dessa forma, considero que a questão da noção de representação pode exercer um papel na produção de significação de um dado enunciado. A partir daí, avantei a hipótese de que, no âmbito dos estudos semânticos, quer vinculados ou não à questão filosófica, o construto conceitual de representação, nos termos que concebemos neste trabalho, não ganha contornos nítidos, quando do momento de se referirem à teorização sobre a significação.

No intuito de aprofundar meu conhecimento sobre o assunto e de colaborar com os estudos afins no debate linguístico filosófico sobre a representação, me dispus a fazer um passeio pela história da filosofia da linguagem e dos estudos linguísticos objetivando trazer para minha análise uma luz que esclarecesse em que a questão da representação afetaria (ou não), em termos semânticos, a produção de significação que, desde a leitura anteriormente mencionada, me deixou intrigada.

Na preparação para essa investida, procurei estabelecer as diferenças básicas entre os interesses da filosofia e os da linguística, sobretudo até o século XX: enquanto o estudioso da linguística procura descobrir universais da linguagem ao fim de uma análise formal e de uma descrição comparativa, excluindo a problemática de origem e de realidade de seu campo; o filósofo propõe universais formais; preocupa-se com a origem da linguagem; estabelece relação entre a linguagem e o pensamento; problematiza a representação da realidade pela linguagem (NEF, 1995, p. 8). Outra questão a esclarecer refere-se à terminologia *representação*². Não estou aqui me candidatando a desfazer o nó que este conceito “representa”. Procurarei tratar da historicidade do *signo*

²De origem medieval (lat. *repraesentatio*), esse termo indica imagem ou reprodução / ideia. Representar algo — dizia Tomás de Aquino — significa conter a semelhança da coisa.

transparente representando o mundo, para a *transmutação do signo* em palavra enunciada, escapando do âmbito semiológico para integrar-se a uma semântica enunciativa. A modalidade deste texto exige que esta historicidade seja evocada em *flashes*. Portanto, iniciarei minha busca focalizando a linguagem, inicialmente, e sobrevoarei a Grécia Clássica e o Período Medieval para vislumbrar os fundamentos necessários para o desenvolvimento do tema que me dispus a trabalhar, ou seja, procurarei entender o conceito de representação sígnica em seus primórdios, para determinar qual noção de representação poderia interessar para se pensar o construto conceitual da significação no âmbito das diferentes semânticas de que tratam as teorias linguísticas. Do renascimento ao século XIX, acenarei, de passagem, para alguns filósofos e focalizarei minha análise, a partir de Saussure, assumindo, com Benveniste, a responsabilidade de acrescentar a significação como de interesse linguístico.

1 A Linguagem – Ponto De Partida

No princípio era o mito. Na palavra estava o poder da criação e da destruição. Tida como a primeira das grandes invenções, a linguagem possibilitou todas as outras. Daí a relevância de seu estudo. Primeiramente, deparamo-nos com a crença de sua ligação com a instituição da humanidade, como explica Gusdorf (s.d. p. 15): *A primeira palavra deve ter sido Palavra de Deus, criadora da ordem humana. Palavra de graça, apelo do ser, apelo ao ser, a primeira palavra é, portanto, essência que inclui a existência, isto é, provoca a própria existência.* Nesse sentido, a linguagem é essência (magia e religiosidade).

Em muitas religiões e culturas acredita-se que foi a linguagem que ordenou o caos primitivo transformando-o num cosmos significativo. Cada cultura foi ordenando, a seu modo, o caos primevo através de seus mitos. A palavra assume assim nos mitos de cada cultura uma força transcendental; nela deitam raízes os entes e os acontecimentos. Por ser mágica, cabalística, sagrada, a palavra tende a constituir uma realidade dotada de poder. Os mitos falam dos segredos e das essências escondidas na palavra instituidora do universo (BIDERMAN, 1998, p. 81).

Para o homem primitivo, existe um vínculo entre o nome e a coisa/objeto por ele designado. O referente está ligado essencialmente à palavra que o

nomeia; por este motivo, acredita que pode atuar magicamente por meio das palavras³.

A ligação da palavra com o referente atuando na categorização do conhecimento chama a atenção dos filósofos da antiguidade.

O homem apercebe-se de que, apesar de todas as interdições míticas, pode modificar as palavras que até então o submetiam à sua lei.

[...] O mundo mítico era um mundo de denominações, um nome para cada coisa, cada coisa com seu nome. [...] A aventura do pensamento ocidental começa quando a reflexão grega põe em evidência a autonomia da linguagem humana. [...] As palavras não nos pertencem, protesta Sócrates, para que as moldemos aos nossos caprichos (GUSDORF, s.d., p. 23-24).

O signo linguístico, como representação, valia pelo objeto porque lhe seria homólogo e, desde os filósofos gregos, era essa a concepção que se tinha. A herança grega que predomina na cultura ocidental provém da filosofia socrática que se estabeleceu entre dois pilares rivais e complementares: Platão e Aristóteles. Platão, discípulo de Sócrates e Aristóteles, discípulo de Platão. Os dois prolongarão o esforço socrático visando ao reencontro da unidade pela convergência dos sentidos humanos uma vez que *a retórica e a sofística gregas confirmam que o mundo onde vivemos é um mundo de linguagem, que o homem hábil pode constituir à sua vontade, para criar ilusão nos outros* (GUSDORF, s.d. p. 23). Deles nos vêm a maioria dos nossos questionamentos sobre como aprendemos as coisas do mundo e como as representamos. Platão fala de representação presente de uma coisa ausente; Aristóteles, por sua vez, fala de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconizando a inclusão da questão imagética na/da lembrança (RICOEUR, 2007). Nesse ínterim, a opinião socrática ecoa: a linguagem humana é concebida como uma ferramenta para entender a realidade. Ao que Paul Henry, muitos séculos depois, vem rebater.

³BIDERMAN, M. T. C. recupera alguns relatos sobre esse assunto em seu artigo “*Dimensões da palavra*”. In: *Filologia Linguística Portuguesa*, n. 2, 1998, p. 81-118.

Que a linguagem, como ferramenta, seja imperfeita é patente e não há mais quase nada a falar sobre isso, do ponto de vista científico, quero dizer. Enquanto instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e da sua expressão, a linguagem acaba traíndo o pensamento, por ser causa de mal entendidos, de ilusões e de erros. Falar nesse momento de um defeito da linguagem, apresentá-la como uma ferramenta imperfeita, como Bentham ou Frege, parece mesmo um eufemismo que preserva a miragem da linguagem bem feita, de instrumento aperfeiçoado ou ainda de um uso racional desse instrumento. Não é assim que se pode abordar a língua. (HENRY, 1992, p. 193)⁴.

Para uma abordagem da língua, é preciso ultrapassar a visão filosófica fregueana. Linguistas como Saussure e Chomsky excluem a referência e a representação (nos termos que aqui colocamos) dos seus propósitos de investigação⁵. Paul Henry (1992, p.194) se pergunta: *Mas o que é da ordem da linguagem poderia ser propriamente externo à língua, sem nenhuma relação com ela?* Voltaremos a esta questão posteriormente.

⁴Jeremy Bentham, a partir da idealização do pan-optismo (observação total, pelo poder, como meio disciplinador do indivíduo), concebe o panóptico (prisão modelo) para dar visibilidade aos comportamentos e ao mesmo tempo coagir os prisioneiros. Frege, por sua vez, *contribuiu para o desenvolvimento da concepção de análise como tradução de uma linguagem imperfeita, a linguagem comum, para uma linguagem lógica, em que as imperfeições seriam eliminadas e a forma lógica tornar-se ia transparente, por meio, sobretudo, de uma notação adequada* (MARCONDES, 2006, p. 53).

⁵Saussure (1981) define o signo como a união do conceito com a imagem acústica, sendo o conceito (ou ideia) a representação mental de um objeto ou da realidade social que nos cerca, condicionada pela formação sócio-cultural. Raposo (1992) nos esclarece que Chomsky fala de representação mental considerando o potencial linguístico como um ‘órgão da linguagem’. Para este, estrutura é um conjunto de regras. Opõe-se, portanto, à teoria saussureana, dando um caráter dinâmico à noção de estrutura, diferentemente do caráter estático e sistêmico daquela. Nesse sentido, a estrutura não é considerada um sistema fechado e chega-se à noção de criatividade linguística.

2 Sobrevoos Históricos

No período que se iniciou com os filósofos pré-socráticos⁶ e os primeiros retóricos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles, a atenção para questões linguísticas encontra-se de forma esparsa na obra de cada pensador. Dos filósofos pré-socráticos e de Sócrates encontramos apenas informação de modo indireto. A preocupação dos filósofos, nesse período, concentra-se, primeiramente, na natureza e na origem das coisas e também na reflexão sobre as questões humanas, sobretudo a ética e a política. A problemática da linguagem emergirá em Platão que demonstra, em vários textos de sua obra, uma preocupação linguística⁷. Para os gregos clássicos da história antiga, a pergunta fundamental no que tangia ao conhecimento da linguagem era saber se a conexão entre as palavras e o que elas denotavam vinha da natureza (*phýsei*), ou era imposição da convenção (*théseis*) (WEEDWOOD, 2002). Dois aspectos estão implicados nessa questão: qual a natureza da relação entre as palavras e o que elas denotam e como esta relação surgiu, qual seria a origem das palavras? *O Crátilo*⁸, de Platão, é o diálogo que discute essas questões. Nele entrevemos que, embora se acreditasse que entre as palavras e as coisas

⁶Nesse período, o interesse dos filósofos se concentrava na investigação da natureza (cosmologia) em busca de um princípio para a origem existencial das coisas. Os *sofistas* (termo com que se denominavam os sábios, na época, e que sofreu mutação do sentido para *impostor*, devido às críticas platônicas) se responsabilizavam pela instrução dos filhos de aristocratas, principalmente da retórica, com estratégias de argumentação.

⁷Segundo Auroux (2009, p. 12) *O teorema de Platão (nomes isoladamente enunciados, termo a termo, jamais produzem um discurso (logos), assim como não o produzem verbos enunciados sem o acompanhamento de algum nome, O Sofista, 362^a)*, jamais será suficientemente reconhecido pela sua importância para a definição da linguagem humana.

⁸Nessa obra, três interlocutores estabelecem uma discussão: Crátilo defende que a língua espelha o mundo tal como ele é; Hermógenes afirma que a língua é arbitrária e Sócrates é o mediador. Ressaltando os pontos fortes e fracos dos argumentos apresentados pelos debatedores, Sócrates acrescenta que as palavras são ferramentas: *assim como uma lançadeira defeituosa não pode ser usada para tecer, também as palavras precisam ter propriedades que as tornem apropriadas ao uso* (WEEDWOOD, 2002, p. 25). Supondo que as palavras, de alguma forma, devem ser corretas para poderem cumprir sua função e que elas existem por convenção, alguém (humano ou divino) as deve ter inventado. Sócrates nomeia a esse “ser” de legislador (*nomoteta*) e propõe, finalmente, uma solução conciliatória entre os debatedores. Dessa forma, Platão tenta fazer o leitor compreender que há alguma coisa de verdade nos dois posicionamentos.

houvesse uma conexão, essa conexão não era direta, e sim, indireta⁹: da mesma forma que o artista procura reproduzir no seu objeto os traços daquilo que deseja representar, assim deve ser o uso da linguagem: *imitar a substância das coisas*. No diálogo, também trata da controvérsia entre naturalistas¹⁰ e convencionalistas¹¹ questionando se existiria, ou não, uma relação natural

⁹Podemos verificar na analogia que faz entre a nomeação e a pintura neste recorte do texto em que o assunto é discutido: **Sócrates**: *Se fossem postos juntos dois objetos diferentes: Crátilo e a imagem de Crátilo, e uma divindade não imitasse apenas a tua figura e tua cor, como fazem os pintores, mas formasse todas as entranhas iguais às tuas, [...], além de movimento, alma e raciocínio, tal como há em ti; em uma palavra: tudo exatamente como és, e colocasse ao teu lado essa duplicata de ti mesmo: tratar-se ia de Crátilo e uma imagem de Crátilo, ou de dois Crátilos?* **Crátilo**: *Parece-me, Sócrates, que seriam dois Crátilos.* **Sócrates**: *[...] Percebes, amigo, quão longe estão as imagens de possuir todas as propriedades dos originais que elas imitam?* **Crátilo**: *Percebo.* **Sócrates**: *E como seria risível, Crátilo, o efeito dos nomes sobre as coisas que elas designam, se em tudo elas fossem reprodução exata dessas coisas! Tudo ficaria duplicado, sem que ninguém fosse capaz de dizer qual era a própria coisa e qual o nome.* (Platão, 2001, 432b-d). Platão: *Crátilo*. Tradução de Mara José Figueiredo e introdução de José Trindade dos Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

¹⁰Foram denominados naturalistas ou anomalistas aqueles que concordavam ser “natural” a relação entre o significado da palavra e sua forma. Para os anomalistas, tanto a pintura quanto a escultura expressam naturalmente objetos, porque apelam a uma *mimese* natural entre as cores e as formas da expressão e as cores e as formas do objeto. Pensando dessa forma, a mesma relação natural entre a língua e os objetos expressos aconteceria. É conveniente salientar que, de acordo com a enciclopédia Simpozio, o caráter natural da língua defendido pelos anomalistas não corresponde apenas ao que se diz no sentido da capacidade natural que o homem tem para criar uma língua; o que resultaria em um produto artificial. Não é deste potencial natural de criar a língua que os defensores da língua como expressão natural dizem. É sobre a relação natural entre a língua e os objetos expressos que eles tratam. <http://www.cfh.ufsc.br/simpozio/megaestetica/estetica,iteraria/apresenta.htm>

¹¹Convencionalistas ou analogistas foram chamados aqueles que supunham ser uma relação “convencional” a relação entre a palavra e o significado. Os analogistas lutam para criar modelos referenciais para classificar as palavras regulares, vem desse esforço o termo *paradigma* que se incorporou à gramática e é a partir dessa concepção que o filósofo alemão Gottlob Frege (final do século XIX) concebeu um programa que consistia na elaboração de uma linguagem conceitual que fosse perfeita para mostrar com clareza os *pensamentos*, não os pensamentos tomados como conteúdos da consciência individual, nem representações ou associações mentais, mas pensamentos em si mesmos.

entre a significação da palavra e sua forma. Ainda não há uma discussão sobre a *natureza* das relações¹².

Nesse período, o homem percebe ter capacidade natural para inventar uma língua se assim o quisesse porque se sente um ser possuidor de conhecimento. Mas se pergunta sobre a língua ser em si mesma natural: imanência ou convenção? Eis o dilema filosófico sobre a questão linguística a respeito da forma que se estabelece para olhar a relação entre a palavra e o seu referente. É Aristóteles¹³ quem delinea um processo tríade para explicar como e porque as palavras e as coisas se relacionam: os signos falados são representados pelos signos escritos; os signos falados representam impressões na alma e as impressões na alma são a aparência das coisas reais. Para Aristóteles, as impressões e as coisas são idênticas para todas as pessoas, diferentemente das palavras que representam as interpretações. Ou seja, *a fala é a representação das experiências da mente e a escrita é a representação da fala* (ROBINS, 1979, p. 15).

Ante a dificuldade apresentada pelo esquema de Aristóteles, outros estudiosos (os estoicos¹⁴) acrescentaram o *conceito* como mais uma etapa entre a recepção passiva da impressão e a fala. Dessa forma, mesmo que todos os homens recebessem as mesmas impressões das coisas existentes no mundo e

¹²A discussão sobre a natureza das relações entre as palavras e as coisas iniciou-se posteriormente.

¹³Para Aristóteles, uma proposição exemplar constituía-se de um sujeito, mais o verbo *ser*, mais um predicativo, o que nos leva a entender a sentença como uma estrutura de três partes: um nome, um verbo de ligação e mais um nome ou uma expressão descritiva. Aristóteles designava *nome* para aquilo que significasse ideia, o verbo *ser* estabelecia uma relação particular entre as ideias (a que chamou de *pertenecer*). Desse modo, o entendimento daquilo que conhecemos como sentença é que certa ideia (a que é expressa pelo sujeito) pertence à outra ideia (a que é expressa pelo predicativo). Acrescente-se que tal argumentação não se sustenta pela própria impossibilidade de se atingir o mundo sem a linguagem.

¹⁴Segundo Weedwood (2002), para os estoicos, um enunciado significativo representava um conceito, ou seja, um “*logos*”, cuja substância física era “*phoné*” (voz), tanto para o enunciado significativo como para o enunciado sem significado tido como um mero som, articulado ou desarticulado. *Um enunciado articulado – era chamado de léxis. Um léxis diferia de um lógos porque, enquanto o significado era essencial para um lógos, um léxis não precisava obrigatoriamente ter significado* (WEEDWOOD, 2002, p. 28). Essas considerações nos esclarecem que a distinção entre “*logos*” e “*lexis*” é de fundamental importância para o estudo linguístico, pois proporcionou o estudo dos enunciados em elementos cada vez menores chamados *partes dos discursos*.

por eles fossem percebidas de modo equivalente, os conceitos que eles fariam dessas impressões seriam, sempre, diferentes e diferente, também, seria a forma como as representariam na fala.

Posteriormente, os epicuristas¹⁵, os neoplatônicos¹⁶ e os filósofos da antiguidade tardia discutiram, uns mais, outros menos, os conteúdos traçados por Platão e Aristóteles. Embora as discussões dos teóricos de cada uma dessas denominações ou escolas filosóficas se ativessem nas elaborações sistemáticas sobre uma forma de se chegar ao conhecimento da natureza e com ele ao conhecimento divino, se concentravam no funcionamento linguístico, para exercitarem suas ideias. Primeiramente, os filósofos olhavam para um enunciado significativo (*lógos*) para analisar a veracidade ou falsidade de uma proposição. Com o decorrer do tempo e das descobertas que foram fazendo a respeito da linguagem, os filósofos passaram a olhar as partes do discurso para verificar em que parte da proposição residia sua verdade ou falsidade: se na parte que refere (nome próprio) ou na parte que descreve (predicado)¹⁷.

Por ter como foco os constituintes semânticos do enunciado, Aristóteles é tido como precursor da teoria da sentença conhecida como teoria aristotélica que se encontra exposta, claramente, na Lógica de Port Royal (século XVII) e presente em gramáticas influenciadas pelos lógicos franceses.

¹⁵ *A linguagem [...] não foi estabelecida desde a origem por convenção. É a natureza humana, em cada povo, que, tendo suas afeições e suas percepções próprias, fez sair da garganta, de um modo particular, o ar empurrado por cada afeição (phaté) ou cada percepção (phantasmata), com diferenças atribuídas às dos diferentes povos nos diferentes lugares. Mais tarde, cada povo instituiu uma linguagem própria, mas comum a todos os seus membros, para evitar confusões na designação dos objetos e para permitir exprimir-se de modo mais breve.* (EPICURO, apud NEF, 1995, p. 37).

¹⁶ A impregnação do sentimento religioso refletido nos textos neoplatônicos repercutem na antiguidade tardia (do século IV ao início do século IX), como expõe Nef (1995, p. 44): *É através da exegese que a teologia se encontra com a linguagem.*

¹⁷ Frege (final do século XIX), em direção contrária a Aristóteles e seus seguidores, que insistiam em identificar as formas válidas de argumento (chamadas *leis do pensamento*), tentou sistematizar o raciocínio matemático para obter uma forma precisa de demonstração matemática. Em 1892, escreveu um artigo *Über Sinn und Bedeutung*, cujo título foi traduzido em português por *Sobre o Sentido e a Referência*. Nele apresenta um problema semântico-epistemológico. Para resolvê-lo Frege concebe o sinal ou nome próprio como a união de uma referência (o objeto no mundo, ou seja, a coisa por ele designada) e um sentido (modo de apresentação do objeto). O lógico alemão parecia convicto de que, analisando lógica e filosoficamente a linguagem, chegaria a uma explicação do conhecimento verdadeiro e que este seria o único modo de formular uma explicação global para a teoria do conhecimento. No entanto, a tensão entre sentido e referência

3 Medievo: Nem tudo é treva

A idade Média não foi um período improdutivo para a história das ciências linguísticas. Depois da queda do império romano (476 d.C), muitas certezas caíram por terra, mas a crença de que a língua latina era a língua que podia representar poder e sabedoria (como outrora fora o grego, na Grécia) prevalecia. No período medieval, a gramática de Prisciano¹⁸ continua a ser referência para o estudo; e a tentativa de preservar o latim clássico fica ao encargo dos mosteiros¹⁹, guardiões da fé e do saber.

Em Atenas, a literatura cristã é a mais importante, após Justiniano haver decretado o fechamento das escolas filosóficas. Dessa forma, tanto no oriente como no ocidente, a erudição ficou por conta do patrocínio eclesiástico e inspirou-se e desenvolveu-se basicamente sob sua jurisdição.

A divisão que Cícero estabeleceu entre as sete artes²⁰ permaneceu vigorando e o *trivium*, que se ocupava da gramática, da lógica e da retórica, serviu de parâmetro, no meio universitário, para a articulação do saber do século II ao século XVII. Os interesses, divididos entre as questões semânticas da linguagem (o arbitrário do signo, a expressão linguística do pensamento e a definição da verdade) e os comentários do *Organon*²¹.

(a forma como se dá o referente na proposição e a explicação do sentido – seu valor de verdade – pelo referente) origina a ambivalência na noção de sentido tomada por ele. Inicialmente, para o lógico, a estrutura do pensamento deveria refletir-se na estrutura da proposição que a exprime, mas, cauteloso, parece desconfiar do espelhamento da linguagem quando escreve a Husserl, em novembro de 1906, que a tarefa essencial do lógico consistia em libertar-se da linguagem. <http://www.fcsh.unl.pt/.../Conceito%20e%20Sentido%20em%20Frege-Introducao...>

¹⁸As gramáticas helênicas de Dionísio da Trácia e de Apolônio Díscolo inspiraram Varrão e Prisciano (na antiga Roma) e atravessaram o tempo e o espaço, sendo seguidas como modelo, ainda hoje, pelos gramáticos modernos.

¹⁹A partir dos episódios *que* desestabilizaram a organização do mundo romano juntamente com o colapso das autoridades, os costumes pagãos contribuíram para que o cristianismo se fortalecesse e a igreja se tornasse o abrigo e o lugar onde o saber e a educação eram estimulados.

²⁰Compreendidas em dois grupos: *trivium* (retórica, gramática e lógica) e *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia).

²¹Como o raciocínio era o principal assunto da lógica, era preciso que se tivesse domínio sobre o raciocínio por ele ser um instrumento para a prática filosófica, daí a explicação dada para que o conjunto de textos escritos por Aristóteles, sobre esse assunto, fosse designado por *Organon*.

Destacam-se, no período inicial da Idade Média, os nomes de Anselmo de Canterbury, Abelardo, Tomás de Aquino e Ockham, este último pertencente a um grupo chamado escolásticos²². Todos partem de pressupostos religiosos que vão reverberar na filosofia e igualmente fazem uso do funcionamento linguístico para derivar novos conhecimentos.

A segunda parte da Idade Média foi muito significativa, pois foi nesse período que a filosofia da escolástica ocupou lugar de destaque e frutificou. Nessa época, também se deu o florescimento da literatura e o desenvolvimento do estilo gótico na arquitetura, bem como o estabelecimento das primeiras universidades europeias.

Até então, o estudo da linguagem, em si, restringia-se aos propósitos pedagógicos. Foram as gramáticas especulativas²³ que impulsionaram o estudo da linguagem nesse período. Em linhas gerais, a gramática especulativa insere no sistema filosófico escolástico as descrições gramaticais do latim como as descrições realizadas por Prisciano e/ou Donato, imprimindo-lhes o caráter de língua como espelho da organização do raciocínio. Nessa lógica, as diferenças entre as línguas são circunstanciais e acidentais. De caráter universal, essa visão preconiza que todas as línguas consistiriam em um sistema fixo e comum de categorias linguísticas que seriam categorias do pensamento. (ROBINS, 1979).

A semântica Especulativa da Idade Média contribui, de certa forma, para se pensar a representação: no sistema modístico²⁴, toda coisa ou ser que existe

²²A escolástica contrapunha-se as sete artes liberais e pode ser compreendida nos seguintes períodos: um período pré-tomista (em que persiste a tendência teológica-agostiniana) que vai do começo do século IX (Carlos Magno) até à metade do século XIII (Tomás de Aquino), e subdividido dos séculos IX e X (Scoto Erígena e a questão dos universais); séculos XI e XII (místicos e dialéticos); e segunda metade do século XIII (o triunfo do aristotelismo). Após esse último período, há um declínio da metafísica (séculos XIV e XV), ocorrido, principalmente, pelo retorno do pensamento concreto e experimental com os franciscanos ingleses: Rogério Bacon, Duns Scoto, Guilherme de Occam, que apresentavam tendências positivistas.

²³Derivada do latim *speculum*, que significa espelho.

²⁴Foram chamados de modistas um grupo pequeno de eruditos que trabalharam na universidade de Paris entre os anos de 1250 e 1320. O sistema por eles apreendido pode ser assim compreendido: os *modi essendi* (que são encontrados em todas as coisas e subjacentes a toda percepção do mundo e à construção da linguagem) são constituídos do *modus entis* (propriedade permanente, para reconhecimento das coisas) e do *modus esse* (propriedade de mudança e sucessão). Esses modos correspondem aos *modi intelligendi activi* e os *modi intelligendi passivi*, além dos *modi significandi activi* e *modi significandi passivi*, respectivamente, pelos quais se estabelecem as relações entre a compreensão que o homem tem das coisas, conforme suas propriedades e a sua significação.

possui propriedades ou modos de ser diversos e a atividade do intelectual era fornecer um modelo de raciocínio que se ocupasse com o modo de significar dos termos (orais ou mentais), daí serem chamados de modistas. Na concepção modista, todos usariam o sistema linguístico da mesma forma e haveria um total entendimento entre as pessoas porque os *modi essendi* e os *modi intelligendi* e *significandi* passivos seriam materialmente iguais. (ROBINS, 1979). Apesar das diferenças superficiais entre as línguas, todas funcionariam da mesma forma, utilizando os mesmos princípios. Nesse mundo estabilizado, em que a linguagem era considerada transparente, Deus reinava nas alturas e o homem sonhava em lá chegar.

A questão da linguagem como representação sgnica, como o foi durante toda a antiguidade, seria toda e qualquer espécie de apresentação intencional de um objeto (intelectual ou sensorial) pertencente às significações (externas ou internas). Não estava, portanto, entre as coisas primeiras. Ou seja, não era prioridade, servia como instrumento para veicular as ideias e funcionava como uma espécie de tradutora do acontecimento (inaugural e inefável, nos termos filosóficos) da coisa mesma. Disso decorre o nascimento do mito, a questão da origem; o problema da relação entre os nomes e as coisas; e a controvérsia do anomalismo e analogismo, como já assinalamos anteriormente.

O delongamento dessa discussão se justifica por acreditarmos que a teoria fundamental da representação origina-se da antecipação que os filósofos medievais fazem a partir de suas reflexões sobre as *propriedades dos termo*²⁵ e que reflete nas teorias modernas sobre referência e significação.

4 Um rasgo no céu medievo – O mundo se ilumina

Mesmo não compactuando com a ideia de que as divisões históricas estabelecem criteriosamente um marco entre um e outro período, consideraremos o Renascimento, marco inaugural da Idade Moderna, como o re-nascer da humanidade. A partir das informações que desestabilizaram a organização

²⁵São as relações semânticas necessárias para estruturar o discurso em sua relação com um referente: significação, suposição, copulação e apelação são as principais. *A significação é relativa aos usos de uma palavra; a suposição recobre, em geral, a relação de referência para os substantivos; a copulação a mesma relação para os verbos; a apelação é relativa à relação de denotação.* (NEF, 1995, p. 65).

do mundo no Renascimento²⁶, o homem parte para a formulação de novos conceitos sobre o mundo e a vida; e a questão da linguagem ganha uma nova dimensão. Entre um futuro cheio de expectativa e um passado glorioso, o homem da renascença revaloriza o mundo clássico greco-romano e descobre-se potente para novos questionamentos. No campo linguístico, surgem novas propostas de trabalho com as línguas vivas e com novas linhas de pensamento.

Críticos ferrenhos das bases da gramática especulativa, os estudiosos renascentistas acusavam-na de se assentar sobre uma língua latina degenerada, de ser pretenciosa filosoficamente e de não ser adequada para a educação. Com os olhos voltados para o debate entre empiristas²⁷ e racionalistas²⁸ nos séculos XVI, XVII e XVIII, o tratamento filosófico para os problemas linguísticos dividiu-se entre os primeiros, que consideravam a observação na origem de todo conhecimento e o valor da indução diante da dedução, e os segundos, que admitiam ser a mente a sede base de todo conhecimento humano.

Segundo Robins (1979), Francis Bacon, defensor do empirismo, criticou as controvérsias causadas pelo estudo das línguas naturais. Pretendia construir uma língua ideal para comunicar o conhecimento. Essa pretensão não se restringiu a Bacon. Outros estudiosos, como M. Mersenne, na França (influenciado por Descartes); George Dalgarno e o bispo John Wilkins, na Inglaterra, por exemplo. O que se pretendia, conforme Robins, era:

²⁶Para Koyré (2001, p. 7), *o surgimento da nova cosmologia, que substituiu o mundo geocêntrico ou mesmo antropocêntrico da astronomia grega e medieval pelo universo heliocêntrico e, posteriormente, acêntrico, da astronomia moderna, desempenhou um papel fundamental na revolução que o espírito humano (o europeu, em especial) sofreu nos séculos XVI e XVII. Enquanto a visão de mundo era estabelecida em uma visão teocêntrica, o homem, almejando alcançar a outra vida (a melhor vida) no céu, o mundo era finito, Deus, infinito e a terra, o centro do universo. As descobertas astronômicas e de outras terras, a invenção do telescópio e de outros objetos que auxiliavam o homem a redimensionar seu pensamento contribuíram para modificar a visão que, especialmente homem ocidental, havia elaborado acerca do mundo. Descentralizados, homem e terra, a humanidade busca apoiar-se em outras formas de organização de mundo.*

²⁷Segundo Robins (1979, p. 88) *o empirismo, como doutrina filosófica, foi uma contribuição particularmente britânica. [...] Locke, Berkeley e Hume escreveram o que hoje se considera como textos fundamentais dessa fase da filosofia.*

²⁸Id *ibid* *Os racionalistas buscaram a certeza do conhecimento não nas impressões dos sentidos mas nas verdades irrefutáveis da razão humana.*

Inventar um sistema em que o saber, o pensamento e as ideias pudessem ser expressos direta e universalmente através de símbolos criados para esse propósito e aos quais se atribuiria determinada pronúncia. Leibniz (1646-1716) previu que chegaria o dia em que as controvérsias seriam resolvidas pelo simples convite para que os contendores tomassem assento e raciocinassem por meio do novo sistema de simbolização universal do pensamento, livre das nebulosidades e ambiguidades das línguas naturais. Seu *Specimen calculi universalis* antecipa alguns traços da moderna lógica simbólica, ainda que esteja baseado no silogismo aristotélico (ROBINS, 1979, p. 89).

Pensava-se que a criação de um sistema simbólico bem elaborado, sem falhas, possibilitaria que todo o conhecimento humano pudesse ser classificado e reduzido a um quadro ordenado. Tal pretensão é proveniente da confiança que o homem renascentista adquiriu em si mesmo e em seu potencial racional e também ao grande desenvolvimento das ciências empíricas e matematizáveis.

Segundo Gusdorf (s.d. p. 28), Galileu professa que a matemática é a língua na qual está escrito o universo, tal como Platão se antecipara dizendo que Deus era o geômetra do universo. Kepler, Descartes e Newton parecem cristalizar o ditado de Platão, pois em seus trabalhos evidenciam as leis rigorosas que estabelecem como o mundo é. E a linguagem, seguindo esse raciocínio para explicitar qualquer verdade que seja, deverá ter como princípio a matemática. Descartes dá as coordenadas desse jogo no *Discurso do Método*. A língua universal autêntica, a língua da razão expressará as ideias verdadeiras, não as coisas. *A invenção dessa língua depende da verdadeira filosofia; já que de outro modo, é impossível enumerar todos os pensamentos dos homens e colocá-los em ordem, ou apenas distingui-los, de modo que eles sejam claros e simples, o que na minha opinião, é o maior segredo para adquirir a boa ciência* (DESCARTES, apud GUSDORF, s.d. p. 29). Sua crítica da semelhança é de outro tipo:

É o pensamento clássico excluindo a semelhança como experiência fundamental e forma primeira do saber, denunciando nela um misto confuso que cumpre analisar em termos de identidade e de diferenças, de medidas e de ordem. Se Descartes recusa a semelhança, não é excluindo do pensamento racional o ato de comparação, nem buscando limitá-lo, mas, ao contrário, universalizando-o e dando-lhe assim sua mais pura forma. (FOUCAULT, 1990, p. 67).

Se a atitude empírica estimulou os estudos fonéticos nesse período histórico, o racionalismo incentivou a produção de gramáticas filosóficas. Port Royal é exemplo desse fato. Os lógicos franceses Arnoult e Lancelot dedicaram-se à elaboração da *Gramática de Port-Royal, ou Gramática Geral e Racional (La logique ou L'art de penser)* que foi publicada pela primeira vez em 1662). Diferentemente das proposições de criar uma linguagem universal, a gramática racional proposta pelos dois franceses expunha uma teoria geral de língua por meio de línguas como o latim, hebreu, grego e línguas europeias modernas. Pretendiam, em seu trabalho, revelar a unidade linguística subjacente às gramáticas das línguas que tomavam como exemplo considerando suas funções de comunicação do pensamento (concepção, juízo e raciocínio). Ou seja, nessa gramática, explicavam o signo linguístico como um recurso usado pelos homens para expressarem seus pensamentos, mas um signo constituído como signo pelo conhecimento.

Note-se que os dois autores da lógica não invocam em nenhum lugar a possibilidade de que o pensamento possa ser considerado como um signo. Sua doutrina torna esta consideração impossível.

Um signo deve comportar duas ideias, uma da coisa que representa (A) e a outra da coisa representada. [...] a ideia é a forma de nossos pensamentos pela qual temos imediatamente consciência desses mesmos pensamentos. Só há então uma única ideia e, por consequência, não há ideia de signo. A doutrina semiológica de Port Royal conduz a uma concepção não representacionista do pensamento. (AUROUX, 1998, p. 105).

O esforço para constituírem uma gramática geral visava, principalmente, a atingir um universalismo construído com base no pensamento e na razão humana. Para isso, consideravam que a relação *pensamento/linguagem* era dada por princípios gerais, que se estenderiam a todas as línguas. Dessa forma, afirmaram que, por meio das operações do espírito, o homem concebia, julgava e raciocinava. Essas operações serviam ao aspecto interno da linguagem e, a partir delas, os homens, utilizando-se dos sons e das vozes, ou seja, do aspecto externo da linguagem, conseguiam expressar o resultado daquelas operações (ARNAULD; LANCELOT, 2001). Dito de outra maneira, eles acreditavam que o espírito não funcionaria analogicamente para com as coisas, *a representação torna-se puramente digital, diríamos que ela só pode corresponder a uma codificação*²⁹ (AUROUX, 1998, p.102).

²⁹Destacado pelo autor.

Podemos dizer que, diferenciando-se da ontologia clássica na definição da relação explicativa e da relação determinativa, a questão dos pronomes relativos, bem como o princípio universal de que as línguas compartilham em seus níveis estruturais mais profundos, de aspectos formais que constituem patrimônio comum de toda humanidade (apesar de se manifestar de forma diversa na estrutura superficial de cada idioma), fornecem elementos primordiais para o desenvolvimento da teoria gerativo-transformacionalista, no século XX.

As mudanças que desestabilizaram a organização do mundo medieval fazem com que o homem parta para a formulação de novos conceitos sobre o mundo e a vida; e a questão da linguagem, colocada como representação, começa a ser questionada. A dissociação entre signo e semelhança, no começo do século XVIII, resulta de uma necessidade provocada pelas inovações no campo científico como as probabilidades, as análises, as combinatórias, o sistema e a língua universal, que surgem como uma rede de elementos que vão se interligando.

Por um tempo, o olhar para a linguagem se direciona (novamente) para a sua origem. O homem já não crê no mito da dimensão mágica e religiosa da palavra, nem na potência criadora do verbo, mas fica fascinado pela possibilidade de desbabelizar, ou pelo menos encontrar a língua originadora de todas as línguas antes de Babel.

5 Pequena história de um grande acontecimento

O filósofo e matemático alemão Gottfried Wilhelm von Leibniz já chamara a atenção dos seus pares, no início do século XVIII, para a necessidade de se abandonar a questão da essência e se dedicar ao estabelecimento de estudos comparativos, cuidando de manter critérios linguísticos de análise. Desde então despontava o nascimento do caráter empírico da ciência linguística. As proposições aristotélicas, que até então fundamentavam as discussões no âmbito da linguagem, começam a ser descartadas devido às concepções essencialistas consideradas, agora, carentes de debates e, por isso mesmo, fundadas na especulação, sem embasamento empírico. A mentalidade científica do século XIX se movia nas ondas da filosofia positivista de Augusto Comte, que enfatizava a experimentação em oposição à especulação. O campo estava preparado para o surgimento da gramática histórico-comparativa. Apesar de operar na base da observação e descrição das mudanças linguísticas a partir das estruturas internas da língua, o método histórico-comparativo das gramáticas não elaborou uma teoria sobre a estrutura e o funcionamento das línguas naturais, nem explicou como o uso da língua seria afetado em um processo contextual de comunicação.

No final do século XIX, surge um movimento em Leipzig (Alemanha) de jovens pesquisadores (A. Leskien, H. Osthoff, Herman Paul, K. Brugman, entre outros, sendo Saussure o mais novo de todos eles) que recriminam a metodologia de trabalho dos linguistas.

A linguística histórico-comparativa, que se apoiava sobre correspondência de sons e se habituara a opor determinado estado de língua, cada vez que se via incapaz de explicar determinada anomalia, tentava reduzi-la por hipóteses indemonstráveis (do tipo “esse som é mais antigo porque existia já em sânscrito, que é a mais arcaica e a mais perfeita das línguas”), ou, então, por meio de generalidades inconsistentes (LOPES, 1997, p. 54).

Influenciados pelo positivismo, os neogramáticos consideram que existem leis que regem as mudanças e que essas leis são aplicáveis em todas as circunstâncias, ou seja, são categóricos ao afirmar que as leis fonéticas são processos mecânicos que não admitem exceção. Se as leis não se aplicam de acordo com o modo, a causa está no processo de analogia³⁰ que pode justificar criações e modificações de determinadas palavras. Também consideravam que eram as mudanças individuais nos hábitos linguísticos que provocavam as mudanças na língua.

As implicações da linguística histórico-comparativa do século XIX se patenteiam nas seguintes palavras de Leskien, pronunciadas em 1876: ‘Se admitirmos que as mudanças são facultativas, contingentes e desconexas, estaremos afirmando que o nosso objeto de pesquisa, a linguagem, não pode receber um tratamento científico’. [...] Segundo ainda a teoria neogramática, são as correspondências sistemáticas existentes entre os planos fônicos das línguas que demonstram estarem elas relacionadas, e não simplesmente o fato de haver semelhanças reais entre as formas fonéticas (ROBINS, 1979, p. 149).

³⁰Ponto de semelhança entre coisas diferentes, a analogia funciona de acordo com a regra de três (2 : 4 :: 5 : x que se lê: dois está para quatro assim como cinco está para xis). Foi muito usada pela gramática histórica para regularizar os casos anômalos de evolução da língua conforme exemplo fornecido por Lopes (1997, p. 55): no latim, o “s” intervocálico muda para “r” por analogia com *flos* que muda para *floris*. Assim, *honos* se explica com a aplicação da fórmula: *flos* : *floris* :: *honos* : *honoris*.

O conjunto de fatores que mudaram o cenário dos estudos linguísticos da tradição lógica e universal da gramática grega para uma abordagem mais social, em que as diferenças culturais e a arbitrariedade têm importância, vai desembocar na tese do relativismo linguístico, em que cada língua reflete sua história. Saussure critica o atomismo dos comparatistas, forma como os elementos da língua eram analisados, isoladamente, sem se observar o funcionamento desses elementos dentro do sistema da língua a qual pertenciam. Mal sabia Saussure que sua atitude viria mudar a história dos estudos linguísticos que, (finalmente?), estabeleceu-se como ciência-piloto. Parece-nos, que também o fato de ter havido um deslocamento para fora de suas funções representativas, no período comparativista, a palavra ou o signo linguístico torna-se o foco de estudo para Saussure, que privilegia a língua como objeto, pelas possibilidades sistemáticas nela vislumbrada.

6 O signo linguístico: nem representar, nem re-apresentar

Saussure, contemporâneo dos neogramáticos, pertence ao quadro dos que criticam a concepção de língua como organismo vivo³¹. Considerando que a mudança linguística procede de um princípio interior e não somente em razão das conquistas, migrações, necessidade de expressar ideias novas, Saussure assevera a ordem própria da língua que deve ser ponto de interesse da linguística, uma vez que considera necessário o antagonismo do sistema e da história. Não há como se fazer um estudo histórico-comparativo científico ocupando-se de algumas porções de língua. Como o próprio sistema muda e tem história, a língua, sendo um sistema, muda também. Neste apontamento, encontramos a primeira objeção que coloca aos linguistas de seu tempo: considerar a convencionalidade da língua no âmbito do que ela busca descrever (sincronia)

³¹ *Isso sempre será um motivo para reflexão filosófica, como, durante um período de cinquenta anos, a ciência linguística nascida na Alemanha, desenvolvida na Alemanha, cara à Alemanha por um grande grupo de indivíduos, não teve jamais a intenção de elevar-se ao grau de abstração que é necessário para dominar de um lado o que faz, de outro em que o que se faz tem uma legitimidade e uma razão de ser no conjunto das ciências; mas, um segundo motivo surpreendente, será o de observar que, uma vez que, finalmente, esta ciência parece triunfar sobre seu torpor, ela chega à tentativa risível de Schleicher, que desmorona sob seu próprio ridículo [...]. Por tudo o que nós podemos controlar, é visível que esta tentativa foi da mais completa mediocridade, o que não exclui as pretensões.* (SAUSSURE, citado por R. JAKOBSON apud PAVEAU; SARFATI, 2006, p.26).

e libertá-la dos objetos que busca designar, o que, de certa forma, retira o peso da ontologia que até então sobrecarregava os estudos linguísticos³².

Condicionado pelo espírito positivista de sua época, Saussure apresenta um raciocínio sobre a língua que não se pode dizer empirista, visto que constrói sua reflexão da língua como um sistema de signos arbitrários, cujo valor é estabelecido negativamente (um em oposição ao outro dentro de um sistema linguístico, contrariando a positividade requerida pela ciência empírica). Sua concepção de convenção também escapa ao dualismo metafísico³³, uma vez que prioriza a relatividade e não a substancialidade da língua. Mas nada disso o impede de conceber a língua como uma *álgebra de termos complexos*. (SAUSSURE, 1981, p. 141).

Tal funcionamento nos permite afirmar que a língua comporta uma combinação de seus elementos os quais são regidos pelas seguintes variáveis: oposição (o valor de um signo só se estabelece na própria relação com os demais elementos do sistema); negação (não há valor a priori) e relação (um signo está em relação, dada a posição que assume). Feito isso, pode-se entender que o signo como valor dentro de um sistema linguístico só existe devido às relações estabelecidas, negativamente, com os demais signos do sistema: um signo é o que os outros não são. (SAUSSURE, 1981, p. 136).

Milner (1987, p. 36) explica que a teoria saussuriana do signo, se estabelece a partir das teorias estoicistas³⁴ que tinham o signo como objeto. No entanto, Saussure não toma o signo como objeto, mas como *meio* para explicar sua teoria sobre a língua, que é, de fato, seu objeto.

Acontece [...] que as propriedades atribuídas por Saussure ao signo recobrem bem exatamente aquelas que a tradição atribui um dos tipos que ela distingue – de sorte que não é difícil encontrar ecos do Curso em Santo Agostinho ou Condillac, mas é preciso dizer claramente que este tipo de encontro não tem nenhum interesse:

³²Lembremos que na tradição platônico-aristotélica a língua representa o pensamento como se o traduzisse.

³³Em termos gerais, dualismo pode ser definido como *Qualquer doutrina que, num determinado domínio de pensamento, sustenta a existência de dois mundos ou de dois princípios irreduzíveis*. (DUROZOI, G.; ROUSSEL, A, 1993, p.141). Na metafísica, o dualismo é frequentemente entendido como a constituição da realidade por meio de duas substâncias, sendo uma material e outra espiritual. A substância material seria a realidade sensível e a substância espiritual (não física) seria a realidade mental ou espiritual.

³⁴Os estoicistas tinham em comum tratar de uma multiplicidade de tipos de signos.

entre as configurações, onde os signos se alinhavam em tipos variados, onde se refinam as relações diversas que unem suas duas faces, e aquela onde se coloca rudemente o único e suas propriedades invariáveis, não pode haver nenhuma comunidade: ou, para retomar um velho raciocínio do estruturalismo, entre um elemento x, sacado numa rede onde ele se opõe a Y e Z, e o “mesmo” X que não se opõe a nada, não há identidade. (MILNER, 1987, p. 36).

Por postular que *é o ponto de vista que cria o objeto* (SAUSSURE, 1981, p. 15), o professor genebrino deixa entrever que o seu trato com a língua se concentra no aspecto formal, pois para ele língua é forma, não substância. Em vista dessas considerações, em especial sobre o conceito de signo, vemos excluídos os privilégios que até então a representação da coisa ou a substância da coisa na palavra representada haviam desfrutado na filosofia da linguagem e nos estudos linguísticos. Para a linguística saussuriana não importa a visão de mundo e nem a relação das palavras com as coisas. Não sendo nomenclatura nem instrumento de comunicação, a concepção de um trabalho com a língua/linguagem adquire novos contornos. Aqui retomamos Henry (1992, p. 195), para quem o objeto dos linguistas nunca é totalmente apreensível. *Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua.* Porém, em se tratando de linguagem, um real incontornável persiste: Como pode a língua representar? Tentaremos fazer essa abordagem por meio de estudos benvenistianos.

Seguidor de Saussure, Benveniste considera que na semiologia (a partir de Peirce), o signo foi estudado tendo em vista sua tripla divisão (ícones, índices e símbolos) visando à construção de uma álgebra universal das relações e a noção que recebe, neste campo, é tão forte, tão relacionada com a coisa que a linguagem (o próprio signo) não tomaria o lugar da coisa. A língua, nesses termos, é tratada como código e pelo seu simbolismo, tem uma relação de necessidade com a coisa, ou seja, Peirce não estabelece o signo linguístico em um sistema relacional. *É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um SISTEMA de signos. Esta é a condição da SIGNIFICÂNCIA.* (BENVENISTE, 1989, p. 45).

Se o signo semiótico permite um vínculo essencial, para os estudos semânticos não há essência entre o signo e a coisa, há uma hiância (um intervalo) e é aqui que entra nossa questão sobre a representação. Na construção histórica do conceito de representação no âmbito da semântica, deparamos com um resultado que muito nos interessa: um signo supostamente representaria uma coisa, mas se há representação, será unicamente devido a um traço recortado

naquilo que a linguagem permite recobrir da coisa ou objeto. Na semântica enunciativa, a linguagem permite construir referências.

Uma vez que a semântica³⁵ é definida como o campo científico da linguagem que estuda o sentido³⁶, a significação, o significado e a interpretação e que o interesse por esse campo precede ao de sua constituição como ciência³⁷, nele nos instalamos para refletir sobre a noção de representação, por considerarmos que há uma relação dessa noção com a produção da significação. Voltamos o olhar para o passado para retomar Saussure.

Desde Aristóteles³⁸ até Port Royal, o investimento nas questões linguísticas se atinham na busca de fórmulas que pudessem explicar a relação existente entre as palavras e as coisas seguindo um modelo triático (o representante/o representado/a conjuntura). Os padres de Port Royal instituíram um modelo diático³⁹ (a ideia da coisa que representa/a ideia da coisa representada),

³⁵Em 1897, Michel Breal lança as bases de uma nova perspectiva de estudo linguístico centrada na significação das palavras: *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Visava, com sua proposta, uma metodologia para se verificar como ocorriam as alterações de significado em uma visão historicista, mas desvinculada da etimologia. Breal considera que as palavras não deviam ser consideradas isoladamente, e sim, em relação com outras, *no conjunto do léxico, nas frases em que aparecem*. (GUIMARÃES, 2005, p. 13)

³⁶Marques (2001) relata que estudiosos como Fodor e Katz (1964), Weinreich (1966), Leech (1975) Ilari (1982) apontam para uma instabilidade no campo científico da semântica resumido por Ilari e Geraldini (1985) como um terreno de limites movediços. De qualquer forma, independente das dificuldades diagnosticadas no campo e da diversidade de vertentes, a base de qualquer discussão no campo da semântica se estabelece a partir de conceitos como sentido, significação, significado e interpretação.

³⁷Ver Stephen Ullmann *Semântica: uma introdução à ciência da significação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 8-20.

³⁸Para Aristóteles, na tríade semiológica estão envolvidas a teoria da percepção e a teoria do espírito: *Perceber é formar no espírito uma forma idêntica à das coisas, ou ainda, conhecer é ter alguma coisa das coisas no espírito. [...] a representação intelectual é de mesma natureza que a imagem. [...] nessa problemática a essência da linguagem é ser um som arbitrário. [...] a linguagem está ligada a um pensamento que representa naturalmente o mundo. [...] Descartes coloca que o espírito e a matéria não são de mesma natureza ontológica. A representação não pode mais, então, ser de mesma natureza que aquilo que ela representa*. (AUROUX, 1998, p. 100-101).

³⁹Portanto, um signo engloba duas ideias: uma da coisa que representa; a outra da coisa representada, e a sua natureza consiste em excitar a segunda pela primeira. (ARNALD; NICOLE. "La logique ou l'art de penser" [1662]. Paris: Flammarion, 1970, p. 80, *apud* LAHUD, 1997, p. 28).

não há uma ideia de signo, não há representação do pensamento, há, sim, um interesse pelo processo de significação (AUROUX, 1998, p. 119). Os movimentos comparatistas parecem retornar à analogia ao proporem analisar os diferentes graus de semelhança entre as línguas (histórica ou geneticamente), provavelmente por influência do Romantismo. É Saussure, no alvorecer do século XX, que, abandonando a concepção de que poderia haver relação entre ideia e objeto na constituição do signo linguístico, quem constitui a teoria linguística que revolucionaria toda a visão que se tinha da língua até então. A partir da concepção de língua como sistema⁴⁰, centralizada na definição do signo relacional significante/significado, como já expusemos anteriormente, os estudos linguísticos tomam outra configuração. A língua não é via de expressão signíca representativa, ela é um sistema em que os signos (de natureza psíquica) se correlacionam, e ponto. Saussure não coloca em questão a expressão do pensamento nem a referência. Tampouco se agarra ao cognitivismo. Liberta-se do domínio platonista, aristotélico e tais e fundamenta uma ciência que serviria de modelo para outras ciências.

Diante desse histórico, que possibilidade teria a perspectiva de que o construto teórico da representação pode contribuir para um estudo semântico? Tentamos responder pela via da questão signíca. Uma vez que constatamos estar no signo, o imbróglio da representação, nos questionamos: o que é signo para a semântica? E em meio ao caminho encontramos Benveniste (1989) nos informando que o laço significante/significado colocado por Saussure⁴¹ na definição de signo não seria arbitrário, mas necessário. A premência do novo *status* da língua - ser sistema, assim o exigia. No entanto, Saussure não exclui a ideia do laço ser necessário uma vez que afirma que o mesmo não pode ser alterado. Para Benveniste, a arbitrariedade do signo é considerada *como algo que diz respeito à relação entre signo e realidade, ao passo que a arbitrariedade ficaria circunscrita à relação entre o significante e o significado*⁴². A nosso ver, a necessidade não exclui a arbitrariedade, ou vice-versa. A semiologia ficaria encarregada de olhar para o que ficou fora da compreensão do signo linguístico. Adentramos, por esse caminho, no texto *Semiologia da língua*, de Benveniste (1989), que pareceu-nos a opção mais adequada para nos ajudar a resolver o problema que colocamos, inicialmente, ou seja, o construto conceitual da representação não ganha contornos nítidos, quando o assunto é a significação.

⁴⁰Em substituição à concepção do comparatismo que olhava a língua como objeto natural, orgânico e atômico.

⁴¹Saussure (1981, p.83) diz que *o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado. Com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.*

⁴²*Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 212).

7 Afinal, o que o signo linguístico representa?

Fundamentado em Saussure, Benveniste (1989, p. 63), afirma que a língua é um sistema semiológico por excelência, pois o nascimento e estabelecimento dos signos *como sistema supõe a língua, que os produz e os interpreta*. E acrescenta: *O papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto*. (BENVENISTE, 1989, p. 51). Em nada se iguala, essa colocação de Benveniste, com a ideia de que o signo linguístico possa ser concebido como uma nomenclatura. Levando adiante o programa de Saussure, Benveniste o deixa, quando propõe uma ultrapassagem da noção saussuriana do signo como princípio único.

Objetivando definir critérios delimitativos para a consolidação das bases da semiologia, Benveniste (1989, p. 60) parte da explicação de como uma análise semiológica funcionaria para (re)colocar, a partir do seu entendimento de sistema sgnico da língua (*a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela* [significar]), coisa que nenhum outro sistema pode fazê-lo, que é combinar dois modos diferenciados de significância⁴³ (dupla significância): o modo semiótico e o modo semântico. Em nota, nos orienta para evocar a noção de sema, a qual os dois modos se ligam, de maneira distintas. (BENVENISTE, 1989, p. 64).

Ao trazer a *significância* para a sua discussão, Benveniste aponta para duas modalidades de análise linguística semântica: a que se concentra na análise intralinguística do texto, que concentraria a *significância* na dimensão do discurso⁴⁴ e a análise translinguística do texto, pautada em referência exterior ao texto, mas constitutiva do mesmo, que seria a semântica da enunciação. Seguimos a última orientação, embora, por algum momento nos utilizemos dos recursos metodológicos da primeira para facilitar nossa análise. Dessa forma apresentamos o texto com o qual pretendemos desenvolver nossa argumentação sobre a (ir)relevância da nossa questão.

⁴³ *O mesmo que significado; importância ou valor. Desse ponto de vista, diz-se, por exemplo, que certos acontecimentos históricos são significativos* (ABBAGNANO, 2007, p. 1061). Ou seja, pela observação do sujeito, pela sua subjetividade, o valor de um elemento ou objeto se estabelece, tem *significância*.

⁴⁴ Para Benveniste, *discurso* é definido como *a atualização da língua cada vez que alguém assume o lugar de eu*. Em nota explicativa, o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 84) esclarece que *as formas da língua, ao serem assumidas por um sujeito, passam a constituir o discurso. Nesse processo, o valor distintivo próprio da língua passa também a expressar um valor enunciativo*.

Pergunta: Qual é a mais correta definição da Globalização?
Resposta: A morte da Princesa Diana. Pergunta: Por quê?
Resposta: Uma princesa inglesa com um namorado egípcio, sofre um acidente de carro dentro de um túnel francês, num carro alemão com motor holandês, conduzido por um belga, bêbado de whisky escocês, que era seguido por paparazzis italianos, em motos japonesas; a princesa foi tratada por um médico americano, que usou medicamentos brasileiros. E isto foi enviado por um brasileiro pra um site de português, usando tecnologia americana - (Bill Gates), e, provavelmente, você está lendo isso em um computador genérico que usa chips feitos em Taiwan, e num monitor coreano montado por trabalhadores de Bangladesh, numa fábrica de Singapura, transportado em caminhões conduzidos por indianos, roubados por indonésios, descarregados por pescadores sicilianos, reempacotados por mexicanos e, finalmente, vendido a você por judeus, através de uma conexão paraguaia. http://www.orapois.com.br/humor/piadas/piadas-de-filosofando/globalizacao,d39481_p0_mc0.html

Como explicar, dentro dos preceitos de uma semântica enunciativa, o humor existente nessa definição de globalização apresentada pelo texto e como a noção de representação pode se (re) estabelecer na construção da significação de globalização. Retornamos aqui à questão colocada por Paul Henry: *o que é da ordem da linguagem poderia ser propriamente externo à língua, sem nenhuma relação com ela?* Vejamos: para entrarmos na ordem semântica do texto em análise, penetraremos no mundo da enunciação e no universo do discurso, uma vez que a semântica, nos termos benvenistiano, com eles se identifica.

O enunciado será tomado pelo conjunto do texto em que o narrador assume o papel do “eu” no processo enunciativo, enquanto o leitor assume o papel de “tu”. A enunciação, aqui entendida como a *colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização* por Benveniste (1989, p. 82) deve ser compreendida pelas falas das personagens do texto (aquele que pergunta, inicialmente, e aquele que responde com outra pergunta). Feitos esses ajustes, recordemos que o “eu” existe por oposição ao “tu”. *O “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos* (BENVENISTE, 1976, p. 253), dessa forma, o texto dito pelo narrador “eu” não coloca duas personagens conversando senão para falar com o leitor. Nesses termos, o questionamento gerador do humor, a pergunta: *qual é a mais correta definição da Globalização?* em um texto de gênero humorístico, não está tomando a definição do termo globalização no sentido categórico, dicionarizado, mesmo porque a definição

“*mais correta*”, de tão polêmica, não poderia ser resumida em um simples verbete. Aqui será entendida, grosso modo, como um sistema capitalista de integração socioeconômica e político cultural gerado para fomentar o consumo e expandir o capital. Mas, no texto humorístico, esse entendimento é resumido em uma frase: *A morte da Princesa Diana*. Surpreendente para a personagem que faz o papel de interlocutor, no texto, e para nós, enquanto leitores do texto.

O “tu”, com quem o narrador fala, que somos nós, os leitores, transforma-se no “eu”, que se põe a buscar, imediatamente, a fazer interligações entre os termos: a princesa Diana representa a aristocracia inglesa, e junto a isso, todo o *glamour* que povoa o imaginário de todos que, como os súditos da realeza inglesa, veem com satisfação que, a manutenção de um tempo histórico de conquistas e castelos, ficou preservada. Em resposta ao desconhecimento do interlocutor do motivo da morte da princesa se prestar para melhor definir a globalização, a explicação é dada, destacando as diferentes nacionalidades para as pessoas, lugares e objetos: pessoas (*princesa inglesa, namorado egípcio, paparazzis italianos, [motorista] belga bêbado, médico americano*); lugares (*[dentro de] um carro alemão, dentro de um túnel francês*); e os objetos (*carro alemão, motor holandês, whisky escocês, motos japonesas, medicamentos brasileiros*).

Todas as palavras qualificando as pessoas, lugares e objetos representam nacionalidades diversas que estiveram em um mesmo acontecimento histórico. Essas palavras, relacionadas com o contexto histórico, agrupam a necessária *significância* para o entendimento de uma globalização centrada nos interesses capitalistas de uma classe denominada “rica”, em outros termos, as palavras, em seu conjunto, ligadas a nacionalidades diversas, parecem padronizar, no momento histórico da escrita do texto, uma classe social com um padrão socioeconômico elevado, por esse motivo, essas palavras levam o leitor (“tu”) a significá-las (as palavras) como a globalização se apresenta: a separação de interesses de uma classe, em relação à outra, colocada na explicação que o narrador dá ao leitor, como veremos mais adiante. Por enquanto, diremos que, para que essa análise se sustente, é preciso admitir, com Benveniste, que a linguagem não é uma ferramenta, nem serve de instrumento para a comunicação. Para que a comunicação se efetue é preciso lembrar que a linguagem está na natureza do homem, ele não a fabricou. Por mais surpreendente que seja o estágio evolutivo da tecnologia, não regressaremos ao homem separado da linguagem, nem o veremos inventando uma língua nova para ser utilizada na cultura em que vive. É *um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem*. (BENVENISTE, 1976, p. 285).

Neste ponto, pensamos na possibilidade representativa da linguagem que, na produção da significação, isto é, quando tratamos do uso linguístico, tem no signo uma condição aparentemente necessária, não obrigatoriamente contingente, fazendo a ligação entre o significante e o significado: *não é entre o significante e o significado que a relação ao mesmo tempo se modifica e permanece imutável, é entre o signo e o objeto; e, em outras palavras, a motivação objetiva da designação, submetida, como tal, à ação de diversos fatores históricos.* (BENVENISTE, 1976, p. 58). A motivação posta pela realidade no uso da linguagem reforça o posicionamento benvenistiano de que o contingente, na língua, é que um signo, e não outro, pode ser aplicado a um determinado elemento e não a outro elemento do mundo real. Como elemento primordial do sistema linguístico, o elo entre o significante e o significado deve ser entendido como necessário, sendo que os dois componentes devem ser compreendidos como consubstanciais um com o outro. Pela *necessidade dialética dos valores em constante oposição* (BENVENISTE, 1976, p. 59), podemos entender que a linguagem não pode ser um mero instrumento que o homem utiliza a seu bel-prazer. Benveniste propicia pensar a linguagem sendo produzida a partir de elementos como a história, a cultura, o trabalho, pois,

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assinalação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra. (BENVENISTE, 1976, p. 285).

E é na palavra que pretendemos entender a linguagem como atualização. Estando no social, a língua é exercitada na linguagem e pelo discurso, tomado aqui como atualização da língua pelo falante (o “eu”) na nossa análise, o texto comunica. Ou seja, o texto fala conosco porque sendo realizado com signos significantes, *os caracteres da linguagem, sua natureza imaterial, seu funcionamento simbólico, sua organização articulada, seu conteúdo*, todos esses elementos permitem que eu possa significar as palavras que se associaram sintagmaticamente aos conjuntos *pessoas, lugar e objetos* como diversidades significativas que compõe a definição humorista de globalização. Por comportar a significância dos signos e da enunciação, Benveniste (1989, p. 64) explica que a língua cria um segundo nível de enunciação em que torna possível sustentar

propósitos significantes sobre a significância. Mas como passar do signo à fala? Como se dá essa *representação*? Benveniste expõe que não há transição, há uma hiância entre os dois.

Aquele que nos fala no texto, o narrador, apresenta-nos o texto como a conversa entre duas pessoas, inicialmente, mas, quando o segundo interlocutor termina de responder a pergunta feita pelo primeiro, passa a dirigir-se ao leitor do texto, reforçando a definição de globalização que a primeira personagem apresentou à segunda. Repetiremos o processo de classificação, agrupando pessoas, coisas/objetos e lugares: As pessoas (*brasileiro, trabalhadores de Bangladesh, [caminhões] conduzidos por indianos, roubados por indonésios, pescadores sicilianos, reempacotados por mexicanos, vendido a você por judeus*), as coisas/objetos (*tecnologia americana (Bill Gates), conexão paraguaia*), os lugares (*site de portugueses, computador genérico que usa chips feitos em Taiwan, num monitor coreano, fábrica de Singapura*).

Os qualificativos agrupados em *pessoas, coisas/objetos e lugares* parecem remeter a qualificação a outra classe social, diferente da primeira classificação. A meu ver, tirando *você e Bill Gates*, que não estão funcionando como representação de nacionalidade nem como qualificativos, os demais termos (os qualificativos) parecem *desqualificar* os nomes que apontam, no sentido de desmerecimento (bem pejorativo, mesmo). Desse modo, a significância estabelecida convoca, também, a ideia de globalização, mas em outros termos, ou seja, uma globalização de elementos de várias partes do globo, estabelecida com a classe menos favorecida, colocando-a como contraventora.

A oposição dos qualificativos usados no enunciado do narrador, agora se dirigindo diretamente ao leitor, permite que o leitor (o “tu”), que no ato de interpretar se torna “eu”, produza a significância de uma globalização mais abrangente, em que os opostos rico/pobre (relacionado aos dois mundos a que o enunciado remete) para mostrar como a globalização pode ser definida, ou seja, como as palavras podem construir uma imagem representativa, pode dar uma resposta ao nosso questionamento: a representação que fazemos do mundo rico e do mundo pobre foi colocada em palavras, que aparentemente não apresentavam em suas significações particulares o que demonstraram adquirir no conjunto. Nessa direção, vamos redimensionando que a noção de representação está fortemente vinculada ao valor social e convencional do signo linguístico. A significação dos termos, que pertence à ordem das possibilidades, difere do sentido construído, uma vez que, no conjunto, os termos qualificativos de nacionalidades assumem um significado específico na significação do texto.

Como visto em Benveniste (1976), o modo como o discurso engendra os signos linguísticos na produção de mensagens produz a significação. Soltos, não remeteriam à interpretação que fizemos. Encarregando-se dos referentes

(daquilo de que se fala) – aqui, as pessoas, os lugares e objetos/coisa –, a semântica intralinguística colabora com a semântica da enunciação. Mas a significância, mesmo, nesse caso, se estabelece quando nos voltamos ao social para olhar as condições em que as significações são representadas pela / na linguagem. A representação, especificando o conceito como aqui o entendemos, estaria, assim, para a ordem de a linguagem recobrir algo do mundo, de modo a constituir uma unidade discreta e decomponível (signo linguístico), instaurando a possibilidade de significação.

8 Ponto final: Hora de voltar

Não sei se é preciso retornar, sempre, para entender ao que nos propomos a entender. Nesse caso, foi preciso. O contato com os filósofos e os linguistas que trabalharam ou trabalham com a questão da representação sgnica da palavra me impulsionaram nessa viagem.

Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault nos mostra que desde a Idade Média já não se acreditava no caráter ou possibilidade da semelhança do objeto no mundo etiquetada no signo. Se havia um fundamento na razão lógica do sistema de representação, no modernismo uma nova razão é estabelecida, a razão do julgamento. Dessa forma, a representação linguística se torna comum para toda forma de expressão (científica ou cultural) resultando em uma nova tecnologia de subordinação e de produção de verdade. A ciência linguística passa a determinar a ordem das coisas, produz uma nova hierarquia e uma forma de regulação da sociedade e de compreensão das relações.

Neste trabalho, referi-me à questão do signo ser definida por Saussure como “união de um significado e um significante”, mas recorri a Benveniste que considera que há algo mais a se olhar no signo. A linguagem, não mais integra ou explica o mundo, se encontra dissociada da representação, enquanto expressão do pensamento/sentimento. A dissociação entre a linguagem (a palavra) e a representação chega ao nosso entendimento por pensarmos que a palavra, falando, faz com que o discurso, composto e presente em si, fale também. Para se chegar ao discurso é necessário observar que o valor distintivo próprio da língua expressa, também, um valor enunciativo. Só assim pode se chegar à significância requerida por Benveniste que ensina a encontrá-la na palavra mesma, pelo discurso, entendido como a atualização da fala por aquele que assume o lugar do “eu”. O discurso, agora, materializa-se na palavra do homem falando, mas não é a fala, simplesmente. Traz em si a história, a cultura, o trabalho, a experiência e seu sentido não é imanente, diz respeito às relações que integram os elementos do texto, o que nos permite reconhecer as unidades (as palavras) como integrantes da significação.

Desse modo, a representação, dadas as discussões que até aqui produzimos, foi tomada sob dois pontos de vista intimamente relacionados: primeiro, a linguagem ali intervem impossibilitando todo e qualquer acesso direto ao mundo; segundo, o valor social e convencional de um signo ancora a própria possibilidade de estabilização de seu uso em uma sociedade. Isso aponta para o caráter necessário que o uso de determinado signo implica para um sistema linguístico específico, em termos de representação. Por isso, com base na tônica da discussão desse trabalho, é possível dizer que a representação figura, sim, como elemento da significação já que esta comporta a interrelação entre o valor sistêmico e o valor social e convencional.

Finalizo acrescentando que ao levar em conta que desde o princípio vivemos em um mundo de histórias que nos são constantemente contadas e que contamos a nós mesmos e, que as histórias de romances, parábolas, ilustrações, anedotas, novelas, filmes etc. fazem parte da humanidade, penso no conceito estudado como uma atualização da palavra que usamos para criar representações simbólicas que encapsulam as experiências de vida, que explicam o mundo. Assim, voltando ao tempo das similitudes sógnicas “tal e qual” se viveu até o século XVII e passando pelas representações simbólicas, que foram adquirindo formalizações específicas nos estudos linguísticos, chego ao fim do passeio.

Mais difícil do que talvez possa parecer, essa proposta de discutir em que a questão da representação afetaria (ou não), em termos semânticos, a produção de significação nos conduziu a um passeio panorâmico na história da Filosofia linguística. Como todo viajante, senti-me extasiada com a visão de tantas imagens ao longo do percurso. Se gravasse, não obteria mais que luzes fugidias, ante a velocidade com que percorremos tantos séculos. Por isso a opção por focalizar um ou outro monumento que, por algum motivo, me chamou a atenção durante a viagem pela história.

Do que aprendi fica o registro de que uma representação sógnica não representa as coisas que consideramos reais. Não produz nada semelhante, visto que há limitação sógnica (embora a linguagem se repita ao infinito, sempre renovada (FOUCAULT, 2006). Também não produz similitude (o parecido não é o mesmo, nem o igual). Em acordo com Benveniste, a representação sógnica da linguagem atualiza a linguagem. A linguagem representa a representação. Seguindo o pensamento de Henry (1992): tudo que há na linguagem tem, de alguma forma, relação com a língua, nada lhe escapa, propriamente dizendo.

Certamente, fico devendo, mas como viajante que sou, guardarei minha experiência como um aprendizado que nos incentiva a voltar pelos mesmos caminhos para observarmos outros aspectos, ou quem sabe os mesmos, com uma atenção renovada pelas coisas que agora aprendi, pois uma viagem para um lugar conhecido, como uma releitura de um texto, nunca é igual.

referências

- ABBAGNANO, N. 2007. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes,
- ARNAULD, A; LANCELOT, C. 2001. *Gramática de Port Royal*. São Paulo: Martins Fontes.
- AUROUX, S. 1998. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BENVENISTE, E. 1976. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da USP.
- BENVENISTE, E. 1989. *Problemas de Linguística Geral II*. 2ª Ed. Campinas: Pontes.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 2, p. 81-118, ago. 1998. ISSN 2176-9419. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59660>>. Acesso em: 13 Fev. 2013. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>.
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. 1993. *Dicionário de Filosofia*. Campinas: Papirus..
- ENCICLOPÉDIA SIMPOZIO <http://www.cfh.ufsc.br/simpozio/megaestetica/estetica/iteraria/apresenta.htm> (acessado em 15/07/2009)
- FLORES, V. do N. [et al.]. 2009. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto.
- FOUCAULT, M. 1999. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins.
- FOUCAULT, M. 2002. *Isto Não é um Cachimbo*. São Paulo: Paz e terra.
- FOUCAULT, M. 2006. *Ditos e escritos III - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GUIMARÃES, E. 2005. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª Ed. Campinas: Pontes,
- GUIRAUD, P. 1975. *A Semântica*. São Paulo: Difel.
- GUSDORF, G. *A Palavra*. Lisboa: Edições 70, s.d.
- HENRY, P. 1992. *A Ferramenta Imperfeita: Língua, Sujeito e Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP..
- KOYRÉ, A. 2001. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- LAHUD, M. 1977. Alguns mistérios da Linguística. *Almanaque 5: Cadernos de Literatura e Ensaio*. Ed. Brasiliense, (p. 28-37).

LOPES, E. 1997. *A Identidade e a Diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: Edusp.

MARCONDES, Danilo. 2006. Duas concepções de análise na filosofia analítica In: AVZARADEL, J.R. *Linguagem e construção do pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, (p. 21-58).

MARQUES, M. H. 2001. *Iniciação à Semântica*. 5^a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MILNER, J. C. 1987. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas.

NEF, F. 1995. *A Linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: Zahar.

PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. 2006. *As Grandes Teorias da Linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz.

PLATÃO. 2001. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget.

RICCOER, P. 2007. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP.

ROBINS, R. H. 1979. *Pequena História da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

SAUSSURE, F. 1981. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

WEEDWOOD, B. 2002. *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola.

ULLMANN S. 1964. *Semântica: uma introdução à ciência da significação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Recebido em: 27/10/2012

Aceito em: 08/03/2013
